

Petróleo, Royalties & Região

 UcamCidades

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão
de Cidades - Universidade Candido Mendes

Campos dos Goytacazes/RJ - Ano X, nº 37 – SETEMBRO / 2012

ISSN 1980-6310



■ ARTIGO ■

Aliança consolidada

Reprodução da capa da edição número 14 do Boletim, que lançou o InfoRoyalties. Todas as edições estão disponíveis em www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br

Lançado em dezembro de 2006, o InfoRoyalties se propôs a ser um “novo aliado da cidadania”. Passados quase seis anos, ferramenta está consolidada como fonte segura de informações e ambiente eficaz para o cruzamento de dados em relação às rendas do petróleo. Artigo apresenta números do acesso no período e os usos frequentes do site.

PÁGINAS 5 A 7



■ ARTIGO

Mitigar e educar

Iniciativas que buscam minimizar impactos negativos decorrentes da inadequada destinação de rendas petrolíferas, dois projetos de Educação Ambiental são apresentados em artigos de pesquisadores ligados a programas da UFRJ.

Páginas 2 a 4

■ ARTIGO

Trabalho confinado

O convívio em alto mar, as relações de gênero a bordo e os impactos familiares estão entre os temas abordados em artigo que apresenta resultados de pesquisa etnográfica com trabalhadores de plataformas no litoral fluminense.

Páginas 8 e 10

ARTIGO APRESENTA EXPERIÊNCIA DE DOIS PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. INICIATIVAS BUSCAM MINIMIZAR IMPACTOS NEGATIVOS DECORRENTES DA INADEQUADA DESTINAÇÃO DE RENDAS PETROLÍFERAS.

■ ARTIGO ■

Uma contribuição da Educação Ambiental para mitigação de impactos de rendas petrolíferas na Bacia de Campos, RJ

LAÍSA M. FREIRE DOS SANTOS, MONIQUE D. PACHECO, ERICA D. ROBERTS STEAGALL, CLÁUDIA A. CORRÊA ZANELLUS E REINALDO L. BOZELLI

Nos Estudos de Impacto Ambiental, royalties do petróleo são frequentemente descritos como impactos positivos. Nas análises é comum serem apresentados aspectos relativos a aumentos na receita de municípios recebedores. Contudo, numa análise mais profunda, considera-se que a inadequada distribuição das rendas petrolíferas (royalties + participações especiais) pode agravar problemas socioambientais gerando impactos negativos.

As rendas petrolíferas constituem recurso com função de tornar mais equitativos os investimentos econômicos em longo prazo, ou seja, permitir que os municípios afetados pelas atividades da indústria petrolífera possam investir em outras atividades econômicas não relacionadas somente ao petróleo, aproveitando, por exemplo, o potencial da região para o turismo (LEAL; SERRA, 2003). Com a promulgação da Lei n.º 9.478/97 verificou-se grande crescimento nas rendas petrolíferas, resultante de compensações financeiras, devidas pelos concessionários de exploração e produção de petróleo e gás natural (LEAL; SERRA, 2003). Todavia, o incremento nos orçamentos das prefeituras nem sempre é seguido de benefícios para toda sociedade e também gera impactos negativos. Mendes (2012) mostrou que em municípios da região petrolífera Sergipana persistem índices de pobreza elevados, mesmo diante do recebimento dos maiores valores per capita em royalties. Gutman e Leite (2003) afirmam

que, apesar dos recursos dos royalties serem responsáveis por alavancar o crescimento econômico local, fica evidente que estes recursos não reduzem a exclusão social existente na região, tampouco mitigam os impactos sobre o meio ambiente, contribuindo para aumento e/ou manutenção de assimetrias existentes na sociedade.

Neste contexto, afirmamos que a Educação Ambiental (EA) pode contribuir para minimizar impactos negativos da inadequada destinação de rendas petrolíferas, considerando o seu papel de modificação da relação do ser humano com o meio ambiente e a sua capacidade de gerar mobilização por meio de processos educativos. Este papel da EA vem ao encontro de reivindicações que ecoam na região: “nos municípios de Armação dos Búzios e Macaé, representantes do setor de pesca reclamaram maior participação da sociedade civil nas decisões que concernem à utilização desses tributos [royalties]” (MARSICO, 2008, p.35).

Serra e Patrão (2003) observaram a ausência de qualquer instrumento específico de controle social sobre a destinação dos recursos de tais compensações financeiras na legislação vigente e apontam para a necessidade da ampliação de espaços democráticos de participação no país, para decisão sobre a alocação da receita de royalties repassada à esfera local. Todavia, a legislação ambiental determina que as empresas realizem projetos de EA com o objetivo de minimizar e/ou compensar os riscos e os impactos da atividade sobre os grupos sociais por ela afetados. Neste contexto, o papel da EA no licenciamento ambiental é

o de explicitar e mediar conflitos nos usos e apropriação de recursos naturais, por meio da propagação e geração de conhecimentos que contribuam com a participação qualificada e o posicionamento de grupos sociais envolvidos nas decisões socioambientais (uso e apropriação da natureza) de dada região. Assim, através da EA atua-se para garantir o controle social sobre a destinação dada às rendas advindas do petróleo.

Em 2010 o Ibama publicou uma Nota Técnica (NT) (CGPEG/DILIC/IBAMA N.º 01/10) com diretrizes para elaboração, execução e divulgação dos programas de EA realizados como medidas mitigadoras ou compensatórias no âmbito dos processos de licenciamento da indústria de petróleo e gás no Brasil. Segundo a NT 01/10, um projeto

EDUCAÇÃO
AMBIENTAL
PODE CONTRIBUIR
PARA MINIMIZAR
IMPACTOS DAS RENDAS
DO PETRÓLEO

de mitigação deve ser capaz de “minimizar e/ou evitar os efeitos difusos negativos dos impactos da atividade licenciada e evitar o agravamento de impactos identificados” e identifica que uma das frentes de atuação para a mitigação é a “divulgação e discussão pública em torno da distribuição e da aplicação dos recursos financeiros das participações governamentais (royalties e participações especiais) pelo poder público municipal”.

Neste trabalho relatamos dois

subprojetos do Projeto Pólen que trabalharam o tema dos royalties: o projeto “A Gestão Participativa do Petróleo - Cuidando do que é nosso” realizado de 2009 a 2012, em Rio das Ostras e o projeto “Royalties, O que ganhamos com isso?” realizado de 2009 a 2011, em Macaé. Embora elaborados antes da publicação da NT, possuem estreita relação com a linha de ação da mesma que prevê controle social da aplicação das rendas de petróleo e gás.

O Projeto Pólen é um projeto de EA, condicionante do licenciamento ambiental de uma unidade da Petrobras na Bacia de Campos, Rio de Janeiro. O projeto é executado pelo NUPEM/UFRJ, fiscalizado pelo Ibama e tem parceria com prefeituras de 13 municípios do litoral fluminense¹, onde foram implantados polos de EA. Cada polo conta com servidores municipais e representantes da sociedade civil formados para esta ação. Após diagnósticos locais foram elaborados projetos de EA em cada município, que aprovados pelo Ibama, foram executados pelos polos com apoio do NUPEM.

O projeto “A Gestão Participativa do Petróleo - Cuidando do que é nosso”

O projeto teve como objetivo criar e/ou fortalecer mecanismos municipais para discussão da destinação dos royalties e para isso trabalhou com 50 jovens de diferentes áreas de Rio das Ostras. As ações tiveram início no processo seletivo, ao qual se inscreveram voluntariamente 194 jovens. O projeto realizou diversos encontros e culminou com a realização da I Conferência Municipal do Petróleo. Temas

continuação da página 2

da cadeia produtiva do petróleo foram trabalhados nos encontros, bem como participação e mobilização da coletividade na gestão ambiental. Uma formação complementar com temas gerais também foi realizada. Os jovens se interessaram pelas temáticas abordadas e participaram de todos os momentos, o que se refletiu nas discussões que aconteceram e no constante questionamento demonstrado durante e após a exposição dos palestrantes. Os encontros contribuíram para inserir a discussão dos royalties no universo juvenil, que embora de considerável participação em processos municipais, não possuía espaço para este tema.

A conferência foi realizada durante dois dias, nos quais se destacaram palestras, grupos de discussão e plenária final. As palestras trataram da indústria do petróleo e seus impactos, definição, distribuição e aplicação dos royalties em Rio das Ostras, e subsidiaram os grupos para o debate e proposição de ações.

Entre as propostas elaboradas e aprovadas na plenária citamos: criação do conselho de fiscalização da aplicação dos royalties; valorização e melhoria dos projetos de EA no município; criação de um fórum permanente sobre petróleo e royalties dentre outros, indicando a necessidade de continuidade do fortalecimento ao processo municipal voltado para discussão dos royalties. As propostas aprovadas resultaram em uma carta de responsabilidades a ser entregue ao Presidente da Câmara Municipal, o que representa uma ação de participação da sociedade na gestão ambiental e nas decisões de aplicabilidade dos royalties. Quanto à participação popular efetiva no processo de licenciamento, consideramos que foi realizada a primeira iniciativa por meio da conferência, que abriu a discussão do tema a um público maior, propiciando um espaço de diálogo. Contudo, a ampla participação popular em processos decisórios sobre a gestão dos royalties no município ainda é

um desafio que demanda novas e mais frequentes iniciativas.

O projeto "Royalties, O que ganhamos com isso?"

PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO DOS ROYALTIES AINDA É UM DESAFIO QUE DEMANDA INICIATIVAS

O projeto teve como objetivo contribuir para a implantação do conselho dos royalties e para uma efetivação de diretrizes do Plano Diretor do município de Macaé, e foi desenvolvido com lideranças socioambientais, representantes da sociedade civil e/ou atuantes em distintos setores da esfera pública. O recorte utilizado para chegar a este público buscou identificar cidadãos macaenses militantes nas questões socioambientais,

e que são decorrentes dos impactos da indústria petrolífera. Os sujeitos da ação foram alguns dos participantes da II Conferência de Meio Ambiente de Macaé, membros do Fórum Permanente da Agenda 21, e participantes de oficinas iniciais de diagnóstico de EA realizado na região. A ideia inicial era identificar os participantes de um pré-conselho, que seriam capacitados pelo projeto para ser conselheiros. Com a criação, em março de 2010, do Conselho Municipal de Fiscalização das Aplicações dos Royalties do Petróleo (COMFARP) por meio de uma lei municipal, a definição dos conselheiros passou a ocorrer por meios oficiais, nos quais o projeto não interferiria diretamente. Contudo, educadores do polo acessaram o projeto de lei de criação do conselho e contribuíram com sua discussão em encontros realizados com o grupo proponente da câmara de vereadores.

Diante desta nova realidade, o projeto estendeu suas ações a um maior número de pessoas

CONTINUA NA PÁGINA 4



Ciências, Políticas Públicas e Sociedade Sustentável

Um dos papéis das ciências e das tecnociências no processo de construção de uma sociedade sustentável é produzir informações e conhecimentos que permitam aos atores da dinâmica territorial uma melhor tomada de decisão no processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Os autores deste livro, organizado por Carlos José Saldanha Machado, caminham nesta direção, ampliando o mapa cognitivo de temas e problemas da realidade brasileira situados nas inter-relações e tensões entre o global e o local.

Editora Tribia
www.tribia.com.br

e instituições, para com isto ter como sujeitos da ação um grupo amplo de representantes que poderiam participar da eleição para conselheiros. Neste processo foram realizadas reuniões com atores governamentais e não governamentais para abordar as políticas públicas da economia do petróleo, presentes no Plano Diretor de Macaé. Por meio da técnica de grupo focal utilizada nas reuniões, observamos que representantes governamentais entendem que o município tem aplicado os royalties, o que não é percebido pelos participantes não governamentais. A realização, a seguir, de duas oficinas possibilitou difundir a discussão sobre gestão ambiental pública e sobre os royalties a variados grupos da sociedade civil e, em menor número, no âmbito do governo. Um segundo bloco de oficinas abordou o tema explícito dos royalties e formação de conselho. Esta ação atraiu menos participantes, o que provavelmente está relacionado ao fato do tema ser considerado polêmico e delicado dentro da gestão municipal.

O projeto culminou no Fórum Petróleo e Cidades, onde o tema royalties foi trabalhado, no âmbito da discussão do significado do petróleo para a vida das cidades. O fórum foi realizado com apoio institucional da Prefeitura de Macaé através da Câmara Permanente de Gestão e estiveram presentes 72 pessoas.

Em evento posterior ao fórum houve a votação para eleição

dos representantes não governamentais para a formação do conselho. Neste momento foram eleitos cinco representantes de entidades da sociedade civil, de acordo com a Lei de criação do conselho, dos quais dois haviam participado de todas as ações do projeto e um havia participado de grupo focal. Acredita-se que estes membros no conselho, cuja escolha e participação certamente estão ligadas às ações educativas desenvolvidas pelo projeto, poderão contribuir de forma efetiva para mitigar os impactos negativos dos royalties do petróleo, ainda que esta seja apenas uma das iniciativas necessárias ao efetivo desenvolvimento do controle exercido pela sociedade de Macaé.

Considerações finais

A execução dos projetos revelou dificuldades associadas ao fato central com o qual lidam, que é a ampliação a todo tecido social da complexa questão do recebimento pelos seus municípios de vultosas quantias das rendas do petróleo. Entre estas dificuldades podemos explicitar a carência de informações sobre valores e destinação; a aridez e complexidade do tema para determinadas parcelas da sociedade; a manutenção da mobilização por períodos mais longos, especialmente com público jovem, pois avanços práticos não se fazem imediatamente; a delicadeza do tema no que concerne ao poder público,

já que envolve aspectos nem sempre tratados por todos com necessária transparência. Além disto, foi curioso perceber que o projeto de Rio das Ostras terminou com a proposta de criação de um conselho e de um fórum para fomentar e qualificar a discussão e promover um maior controle social da aplicação dos Royalties neste município. Já em Macaé as ações do projeto concorreram para o fortalecimento da criação do conselho e fomentou o debate e a qualificação de atores para participação neste conselho recém criado. Os dois projetos, portanto, incentivaram e fomentaram a participação social nesta discussão, acompanhando e respeitando o movimento dos atores estratégicos de cada município. Estas iniciativas retrataram o fomento à mudança social como contribuições da EA para atuação na gestão ambiental utilizada como pressuposto no licenciamento ambiental.

LAISA MARIA FREIRE DOS SANTOS É DOUTORA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E SAÚDE, REINALDO LUIZ BOZELLI É DOUTOR EM ECOLOGIA. AMBOS SÃO PROFESSORES DO DEPARTAMENTO DE ECOLOGIA - INSTITUTO DE BIOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). MONIQUE PACHECO É MESTRANDA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA E DE COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL DA UFRJ. ERICA STEAGALL É MESTRANDA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS E CONSERVAÇÃO E GES-

TORA DO POLO DE MACAÉ. CLÁUDIA CORREA É BIÓLOGA E GESTORA DO POLO DE RIO DAS OSTRAS.

NOTA

1 - OS MUNICÍPIOS SÃO: SAQUAREMA, ARRAIAL DO CABO, ARARUAMA, CABO FRIO, CASIMIRO DE ABREU, ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, RIO DAS OSTRAS, MACAÉ, CARAPEBUS, QUISSAMÃ, CAMPOS DOS GOYTACAZES, SÃO JOÃO DA BARRA E SÃO FRANCISCO DO ITABAPOANA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GUTMAN, J.; LEITE, G. ASPECTOS LEGAIS DA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS ROYALTIES. IN: PIQUET, R. (ORG). PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO. RIO DE JANEIRO: GARAMOND, 2003. P. 125-162.
- LEAL, J. A.; SERRA, R. UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS CRITÉRIOS DE REPARTIÇÃO DOS ROYALTIES PETROLÍFEROS. IN: PIQUET, R. (ORG). PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO. RIO DE JANEIRO: GARAMOND, 2003. P. 163-184.
- MARSICO, J. PETRÓLEO E GÁS NA BACIA DE CAMPOS (RJ): PERCEPÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS PELA POPULAÇÃO. 75F. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO (MESTRADO EM ECOLOGIA) DEPARTAMENTO DE ECOLOGIA, INSTITUTO DE BIOLOGIA, UFRJ, 2008.
- MENDES, G. ROYALTIES DO PETRÓLEO E POBREZA EM SERGIPE. BOLETIM PETRÓLEO, ROYALTIES & REGIÃO. CAMPOS DOS GOYTACAZES, ANO IX, N. 35, P. 8-10, 2012.
- SERRA, R.; PATRÃO, C. IMPROPRIEDADES DOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS ROYALTIES NO BRASIL. IN: PIQUET, R. (ORG). PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO. RIO DE JANEIRO: GARAMOND, 2003. P. 185-216.



ORGANIZADORES

Rosélia Piquet e Rodrigo Serra

EDITORA

Garamond

AUTORES

Ailton M. de Carvalho
Ana Beatriz Manhães Pinto
Carla Pontes
Denise Terra
Eduardo Rappel
Elzira Oliveira
Érica Tavares da Silva
Gustavo Givisiez
José Gutman

José Luis Vianna da Cruz
Leonardo de Carvalho
Maria Eugênia Totti
Mário Jesiel
Robson Grassi
Rodrigo Serra
Rosélia Piquet
Sávio Caçador
Tânia Braga

CRIADO EM 2006, O INFOROYALTIES ESTÁ ENTRE AS AÇÕES DO MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES (UCAM-CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ) QUE PROMOVEM A DISCUSSÃO DOS EFEITOS DAS RENDAS PETROLÍFERAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E REGIONAL. ARTIGO MOSTRA O ALCANCE DA FERRAMENTA E SEUS USOS MAIS COMUNS.

■ ARTIGO ■

Petróleo, royalties e função social da informação: análise da base de dados 'InfoRoyalties'

THIAGO MUNIZ BARBOSA
JOSÉ LUIS VIANNA DA CRUZ
E RODRIGO MACHADO VILANI

Neste artigo buscamos analisar o alcance do InfoRoyalties enquanto instrumento de divulgação de informações sobre as rendas petrolíferas, particularmente royalties e participações especiais. Além das informações sobre o repasse mensal das rendas petrolíferas, provenientes de uma única fonte, ela reúne dados de outras fontes, como receitas e despesas dos municípios, emprego formal, relacionando-os em indicadores, sob a forma de tabelas e gráficos.

A reunião de informações de diferentes fontes e a produção de indicadores torna esse instrumento uma base de dados única e uma fonte original, pois suas informações permitem análises permanentes de

aspectos estratégicos relacionados à dinâmica político-administrativa de municípios recebedores de rendas petrolíferas.

O ponto de vista adotado neste artigo é o da informação trabalhada, acessível e confiável, como elemento central

ALÉM DAS INFORMAÇÕES
SOBRE O REPASSE
MENSAL DAS RENDAS
PETROLÍFERAS,
FERRAMENTA REÚNE
DADOS DE OUTRAS FONTES

ao exercício da democracia na sociedade contemporânea.

Nesse processo de democratização da informação ganham relevo os dispositivos e equipamentos da tecnologia da informação e comunicação (TIC)

desenvolvidos para armazenar, manter e divulgar dados alheios aos limites geográficos e temporais de décadas anteriores.

Histórico

A base de dados virtual denominada InfoRoyalties foi lançada em 2006. O InfoRoyalties veio somar um conjunto de ações iniciadas pelo Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Cândido Mendes/Campos dos Goytacazes/RJ, voltadas para a discussão das rendas petrolíferas e seu impacto sobre o desenvolvimento municipal e regional, iniciadas com o lançamento do Boletim Petróleo, Royalties & Região, em setembro de 2003.

Elaborado com apoio do CNPq, o InfoRoyalties destaca-se por ter sido o primeiro programa on-line dessa natureza

no Brasil e, assim, constitui-se em "um sistema de informação, que visa aprofundar o processo de controle social sobre esse precioso fundo público formado pelas compensações financeiras às atividades petrolíferas no Brasil" (GONZÁLEZ; SERRA, 2006).

O INFOROYALTIES
INTEGRA UM CONJUNTO
DE AÇÕES VOLTADAS
PARA A DISCUSSÃO
ACERCA DOS RECURSOS
DO PETRÓLEO

Sua concepção volta-se para a necessidade de compilar e disponibilizar informações a respeito do repasse das diferentes compensações financeiras previstas na legislação petrolífera, que são do interesse de diversos

Figura 1 - A

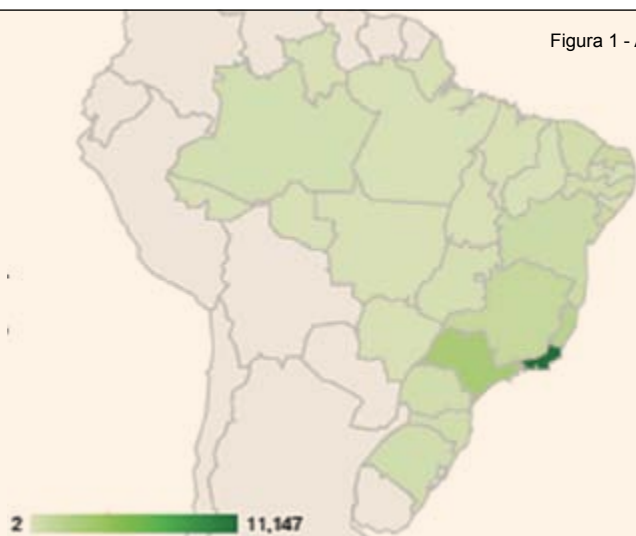
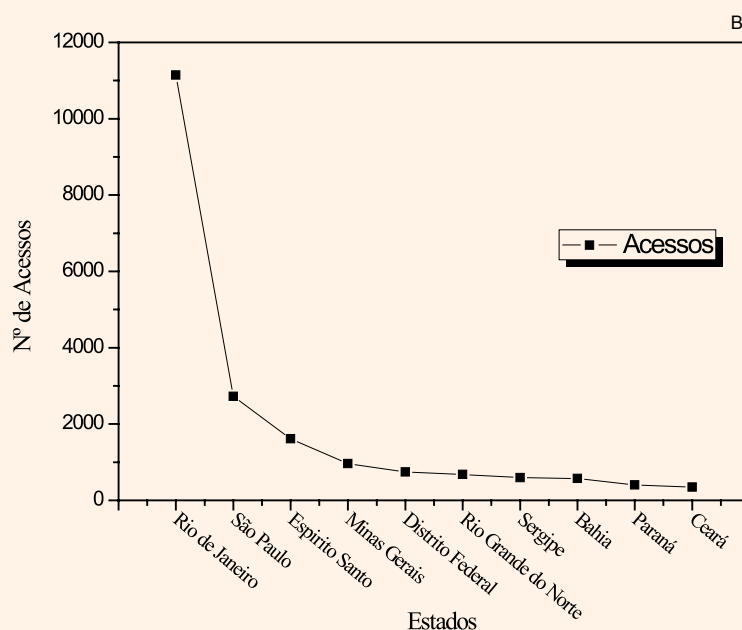


Figura 1. A: mapa do Brasil[6], indicando os estados que acessaram o site, onde, quanto mais intensa a cor, maior é a quantidade de acessos; B: gráfico mostrando o número de acesso dos 10 estados que mais acessaram o site.



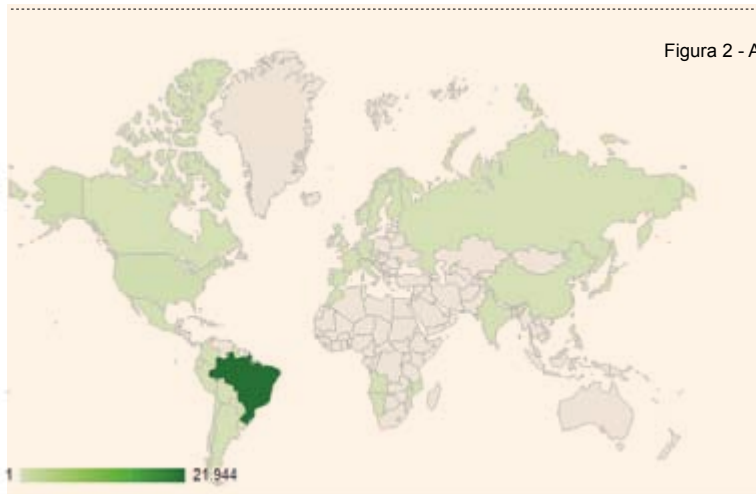
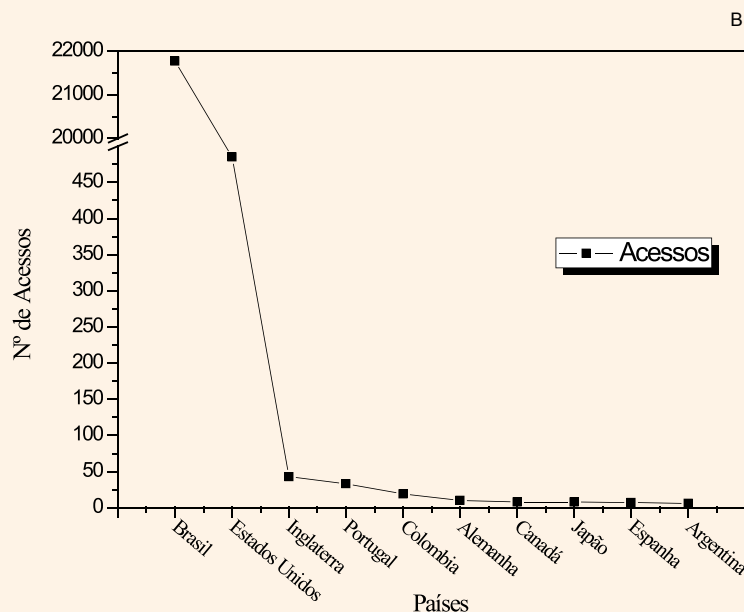


Figura 2 - A

Figura 2. A: mapa mundi[6], indicando os países que acessaram o site, onde, quanto mais intensa a cor, maior é a quantidade de acessos; B: gráfico mostrando o número de acesso dos 10 países que mais acessaram o site.



segmentos da sociedade, sejam estes vinculados a ensino e pesquisa, voltados para atividades político-administrativas, ou movimentos sociais e indivíduos interessados na informações e no controle social da gestão pública dos recursos financeiros, dentre outros.

Tendo em vista o amplo público-alvo,

A contribuição principal do sistema é permitir a democratização do acesso às referidas informações, através da visualização gráfica destas e da criação de padrões de comparação das séries históricas e análises geo-econômicas, oferecendo indicadores estratégicos derivados das rendas petrolíferas, com nítida utilidade para as demandas por informação antes justificadas: royalties e participações especiais em valores nominais e reais; royalties e participações especiais per capita; royalties vs. receitas orçamentárias; royalties vs. receitas próprias; royalties vs. despesas com investimento (GONZÁLEZ; SERRA, 2006).

Seu diferencial como instrumento de pesquisa sobre

essas receitas se deve, primeiramente, à multiplicidade de fontes consultadas: IBGE¹, IPEADATA², RAIS³, Tesouro Nacional⁴ e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)⁵. Em segundo lugar, facilita a análise dos dados disponíveis na ANP, visto que no sítio eletrônico dessa Agência (www.anp.gov.br) os arquivos são oferecidos em formato PDF, dificultando a montagem de séries históricas e, além disso, as informações oferecidas estão em valores correntes (nominais), o que dificulta a compreensão, especialmente para o público leigo, sobre a evolução real das receitas de royalties⁶.

A base cobre o período de 1999 a 2012. Embora já houvesse repasse de royalties seus valores não produziam grandes impactos nos orçamentos municipais, antes da denominada Lei do Petróleo, de 1997, que, além de elevar substancialmente o percentual repassado, criou as participações especiais, sobre poços com mais alta rentabilidade. Os dados incluem saídas gráficas e indicadores de sustentabilidade, tais como: a) royalties acrescidos das participações especiais sobre as receitas

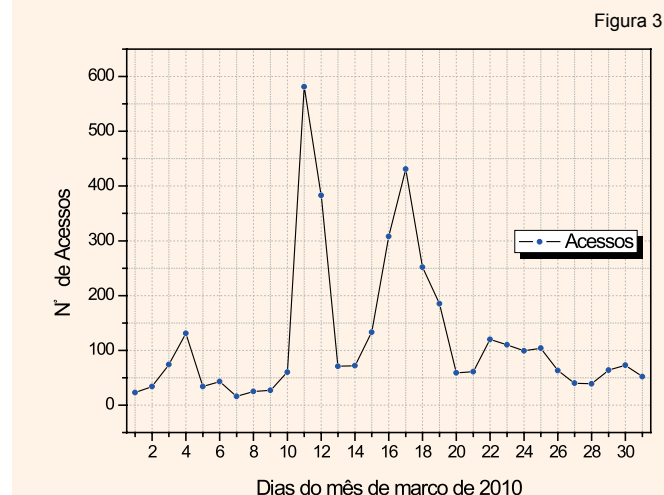


Figura 3. Acesso ao InfoRoyalties no mês de março de 2010, referente à expectativa pela votação da Emenda Ibsen.

tributárias, sendo esta última composta pela soma dos Impostos Municipais, Taxas Municipais e Contribuições de Melhoria; b) royalties somados às participações especiais sobre receitas orçamentárias, as quais são o somatório das receitas correntes com as receitas de capital, subtraídas as deduções da receita corrente (deduções para formação do Fundef); c) royalties acrescidos das participações especiais sobre despesas com investimento, de acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF no 163/01; d) royalties acrescidos da participação especial e pessoal ocupado

na administração pública municipal; e) evolução do pessoal ocupado total nos municípios beneficiários de royalties, exceto pessoal ocupado na administração pública. Os dados sobre repasses cobrem todos os órgãos governamentais contemplados na distribuição, todos os estados e municípios do país. Os indicadores resultados dos cruzamentos acima citados só são calculados para os municípios que mais recebem essas rendas.

InfoRoyalties: exercendo sua função social

Observando-se o quantitativo

continuação da página 6

de acessos ao site InfoRoyalties compreende-se a importância dos dados disponíveis e o interesse da sociedade como um todo, revelados nas alterações ocorridas em diferentes momentos da dinâmica da indústria petrolífera na última década.

Para tanto, foram levantados, por meio da ferramenta Google Analytics⁷, os acessos realizados no período de julho de 2007 a agosto de 2012, totalizando 22.599 acessos. Números gerados pelo próprio site (www.inforoyalties.ucam-campos.br) indicam 47.877 acessos no período de 2005 a 2012.

A Figura 1 mostra o número de acessos ao site do InfoRoyalties no período de julho de 2007 a agosto de 2012, identificando no mapa do Brasil os estados onde o número de acessos foram maiores. Quanto mais escuro o tom de verde maior o número de acessos. Observa-se o maior número de acessos no Estado do Rio de Janeiro, que é o estado cujo valor das receitas petrolíferas é também o maior do Brasil.

A Figura 3 e 4 mostra o número de acessos ao site do InfoRoyalties no período de julho de 2007 à agosto de 2012), identificando no mapa mundi os países com maior quantidade de acessos. Quanto mais escuro o tom de verde, maior é o número de acessos. Apesar do maior número de acesso estar no Brasil, chama a atenção o fato de que os acessos dos Estados Unidos ao site estão bem próximos do total para o Brasil.

Importante notar as oscilações das curvas de acesso em razão dos momentos mais significativos da dinâmica da indústria petrolífera, especialmente nas dimensões política e regulatória. Como exemplo, cita-se a divulgação das reservas do pré-sal, pela Petrobras, ao final de 2007, fato que levou, em 2008, à criação de uma Comissão Interministerial para a elaboração de um novo marco regulatório para a indústria petrolífera, que seria divulgado em 2009. O novo marco passou por intenso debate, particularmente em março de 2010, quando da votação da emenda do Senador Ibsen Pinheiro, que tratava da nova forma de divisão dos royalties, entendida como prejudicial aos interesses do Estado do Rio de Janeiro e amplamente rechaçada na mídia por representantes do executivo e legislativo desse estado, e amplamente advogada pelos estados não privilegiados pela elevação das rendas petrolíferas na Lei do Petróleo, de 1997. Nesse período de discussões calorosas, os picos de acessos, completamente atípicos, evidenciam a importância social deste banco de dados, bem como seu elevado grau de confiabilidade, consagrando-o como referência incontestável.

Considerações finais

Apesar de não travar a discussão, este artigo tem como pano de fundo um projeto de sociedade onde a informação preenche fundamental espaço

nos processos de democratização e participação, e na qual as tecnologias da informação sejam utilizadas de forma a facilitar seu acesso pelo público em geral, contribuindo, por exemplo, nas decisões do uso dos recursos públicos e, em última análise, para o exercício da cidadania em prol de uma sociedade justa.

A análise dos acessos ao InfoRoyalties indicam o interesse, nacional e internacional, a respeito, não só das informações sobre o volume dos royalties, mas, também – na medida em que esse banco apresenta outras informações cruzadas – e, especialmente, a respeito da sua utilização, permitindo comparações e inferências para além dos dados quantitativos.

Observamos, em linhas gerais, o aumento da procura por dados específicos dessa base, em resposta às demandas das discussões políticas e legais que ocorreram ao longo do período analisado, com destaque para as mudanças em torno da descoberta do pré-sal.

Assim, entendemos que o InfoRoyalties, base de dados de livre acesso, atende à sua finalidade de disponibilizar essas informações de forma rápida e de fácil compreensão a fim de contribuir com a divulgação dos repasses e consequentemente a fiscalização por parte da sociedade da utilização desses recursos.

THIAGO MUNIZ BARBOSA É MESTRE EM PESQUISA OPERACIONAL E INTELIGÊNCIA

COMPUTACIONAL, PROFESSOR DOS CURSOS DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, ENGENHARIA MECÂNICA E CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO DA UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES/CAMPOS DOS GOYTACAZES. JOSÉ LUIS VIANNA DA CRUZ É DOUTOR EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. PROFESSOR ASSOCIADO NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF) E PROFESSOR COLABORADOR NO MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES DA UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES/CAMPOS DOS GOYTACAZES (UCAM). RODRIGO MACHADO VILANI É DOUTOR EM MEIO AMBIENTE, PROFESSOR DO MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES/UCAM.

NOTAS

- 1 - IBGE – DISPONÍVEL EM WWW.IBGE.GOV.BR.
- 2 - IPEADATA - DISPONÍVEL EM WWW.IPEADATA.GOV.BR.
- 3 - RAIS – DISPONÍVEL EM WWW.RAIS.GOV.BR.
- 4 - TESOURO NACIONAL - DISPONÍVEL EM WWW.TESOURO.FAZENDA.GOV.BR/.
- 5 - ANP- DISPONÍVEL EM WWW.ANP.GOV.BR.
- 6 - PARA DETALHAMENTO DO INFOROYALTIES: GONZÁLEZ; SERRA, 2006.
- 7 - GOOGLE ANALYTICS -DISPONÍVEL EM WWW.GOOGLE.COM/INTL/PT-BR/ANALYTICS/.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONZÁLEZ, S. M.; SERRA, R. V. INFOROYALTIES: UMA FERRAMENTA PARA AMPLIAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL SOBRE O RATEIO E O DESTINO DADO AOS ROYALTIES PETROLÍFEROS. IN: XXVI ENEGEP, Fortaleza, 2006.

FORMAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DO NORTE FLUMINENSE

EDITORA GARAMOND

Organizado por Ailton Mota de Carvalho e Maria Eugênia Ferreira Totti

Com textos de Maria Eugênia Ferreira Totti - Paulo Pedrosa - José Luis Vianna da Cruz - Teresa Peixoto Faria - Érica Tavares da Silva - Paulo Marcelo de Souza - Niraldo José Ponciano - Romeu Silva Neto - Ailton Mota de Carvalho - Rodrigo Valente Serra - Denise Tavares Terra - Sônia Martins de Almeida Nogueira



ARTIGO APRESENTA RESULTADOS DE PESQUISA ETNOGRÁFICA COM TRABALHADORES DE PLATAFORMAS NO LITORAL FLUMINENSE. CONVÍVIO EM ALTO MAR, RELAÇÕES DE GÊNERO E IMPACTOS FAMILIARES ESTÃO ENTRE OS TEMAS ABORDADOS.

■ ARTIGO ■

Homens ao mar – o trabalho e os trabalhadores das plataformas offshore

PATRICIA FARIAS

Este trabalho é uma investigação exploratória sobre as relações entre homens e mulheres que trabalham nas plataformas offshore do litoral norte fluminense. O estudo contou com o apoio do Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes (UCAM/Campos) e da Fundação Estadual Norte Fluminense (Fenorte), e se realizou através de entrevistas em profundidade e uma etnografia que compreendeu visitas a moradias, locais de lazer e de trabalho (em terra),

PETROBRAS SE INSTALOU NA BACIA DE CAMPOS EM UM CENÁRIO DE CRISE NA ECONOMIA DA REGIÃO PRODUTORA DE AÇÚCAR

assim como observação participante nas mesmas.

Sétima empresa no ranking mundial, a Petrobras se instala na Bacia de Campos em 1977. E chega num instante de crise na base econômica da região, durante séculos estruturada sobre a produção de açúcar e álcool. Oferecendo inúmeras vantagens – dos salários vultosos ao prestígio alicerçado no seu status de empresa de alta tecnologia – a Petrobras vira a cabeça dos garotos da região, tornando-se o modelo de emprego a ser alcançado, mediante concurso e qualificação cada vez mais especializada.

O panorama se altera nos anos 90, quando um maior número de serviços antes feitos por funcionários da estatal passa a ser terceirizado. Dados de 2008 apontam que existiam 7.048 funcionários da Petrobras na chamada Unidade de Negócios da Bacia de Campos (UNBC) e que, destes, 6482 eram homens e 566 mulheres. Em contrapartida, são cerca de 30 mil empregados de empresas prestadoras de serviços à estatal petrolífera, e, embora infelizmente não haja uma estimativa precisa a respeito do número de mulheres neste quadro, a ampla vantagem masculina se mantém.

A esta maciça presença masculina se soma um regime de trabalho especial, que estabelece turnos de 14 dias ininterruptos de trabalho por 14 ou 21 de descanso, nas plataformas marítimas, só alcançáveis após 40 minutos de helicóptero em média. Isso significa, no dizer de vários entrevistados, um ambiente de confinamento – um chegou a dizer se tratar de “prisão remunerada” (e bem remunerada, diga-se, particularmente no quadro de recessão que assola o país).

Neste contexto, o trabalho é o centro em torno do qual se constrói a vida destes homens. Sua contraparte é o período de lazer, porém este é sancionado pelo trabalho, está subsumido a ele, depende e se orienta pela escala de jornadas nas plataformas.

Ao iniciar o mergulho no universo da pesquisa, a primeira questão que aflorou nas 38 entrevistas realizadas com

empregados e empregadas da Petrobras, de firmas prestadoras de serviços e com mulheres de petroleiros foi justamente a de gênero. Um jovem engenheiro, contratado por uma multinacional para prestar serviços à Petrobras numa plataforma, diante da pergunta sobre a presença de mulheres a bordo, comentou: “não, minha empresa proíbe a contratação de mulheres”. Um funcionário da Petrobras, indagado sobre o mesmo assunto, afirmou: “é, gerencialmente, juntar mulher e homem em alto

PARA PETROLEIROS, UMA AMEAÇA À PLATAFORMA É COMO UMA AMEAÇA AO PRÓPRIO CORPO, TAMANHA A IDENTIFICAÇÃO

mar é que nem juntar álcool e fogo. Mas claro, a mulher tem direito a trabalhar onde quiser, como todo mundo...” Diante de tais afirmações, fiquei instigada a prosseguir na investigação dos modos como o gênero aparecia neste particular universo.

O trabalho nas plataformas aparece nestas falas como algo tenso, eivado de riscos e perigo. O acidente envolvendo a plataforma P-36, que afundou em 2002, é paradigmático deste raciocínio. O relato de um entrevistado é sugestivo. Júlio trabalhava na P-36, e havia dois dias que tinha desembarcado, quando recebe o telefonema de um colega que pede para ele ligar a televisão:

“E havia ocorrido um acidente. ‘E quando eu liguei a televisão, que vi: ‘A P-36 explodiu, morreram (...) 11 funcionários Petrobrás.’ Aquilo pra mim foi assim, como se você tivesse uma bala na, na coluna vertebral. (...) Eu fiquei todo torto, me entortei todo. Foi (...) tão violento na hora que eu fiquei todo, assim, a minha coluna fez um s, sei lá o que foi. Minha esposa foi quem conseguiu me colocar lá no sofá e eu sentindo dor em todo o corpo e não conseguia falar, e era crise de choro e... depois febre alta, muita febre alta, febre alta. Fui ao médico, ‘tô com garganta inflamada’, eu não querendo aceitar que aquilo fosse o problema do acidente. (...) Passei 30 dias nesse... processo, depois fizemos um tratamento com psicólogo.”

A identificação destes homens com a atividade que fazem é tamanha que os leva a somatizarem ataques e riscos, de tal modo que uma ameaça ao corpo da plataforma é uma ameaça ao próprio corpo do trabalhador, algo que fica claro no exemplo acima. Além dele, também o ritual do embarque e do desembarque deixa evidente a entrega deste trabalhador ao seu trabalho e por tabela à empresa que o representa.

Todos os entrevistados foram unânimes em descrever o que já apelidaram sugestivamente de TPE – tensão pré-embarque, uma analogia com a tensão pré-menstrual feminina. Um ou dois dias antes do embarque, começa uma série de “sintomas” que incluem insônia, mau humor, mudez, inquietude, indisposição para

qualquer atividade, dor de cabeça e de barriga. “É uma sensação de derrota”, comenta um embarcado. A inapetência para o sexo não é incomum; “na véspera do embarque você pode fazer o que for, não rola nada; é impossível”, brinca a mulher de um petroleiro.

O contrário desta sensação é sentido às vésperas do desembarque. Ali também há insônia – “você arruma e desarruma a mala vinte vezes” – e agitação, desta vez, porém, crivada de expectativa. “O dia da chegada é o dia mais feliz do mundo. É o alívio”.

Assim, durante os dias de trabalho, estes homens assumem a perspectiva do sacrifício em nome da família – seja a família de origem, para os mais jovens, ou a que formaram após o casamento, para os mais velhos. É para “elas” basicamente – mulheres, mães, filhas, embora também filhos e pais idosos – que eles “se arriscam” a acidentes e sofrem confinamento. Neste sentido, lembram os cumpridores de que nos fala Viveros Vigoya (2003) em seu trabalho sobre masculinidades afro-colombianas, aqueles homens marca-

dos pela noção de responsabilidade, de provedor através do trabalho das necessidades dos seus.

Viveros (2003) nos fala também dos quebradores, outro modelo masculino caracterizado pela vivência extremada da sexualidade e outros excessos corporais – bebida, dança, drogas, boemia. E lembra que é através do entrelace entre estas duas formas identitárias que seus entrevistados estruturam suas vidas e suas relações com as mulheres e outros

DURANTE OS DIAS DE
TRABALHO, PETROLEIRO
ASSUME IDEIA DE
SACRIFÍCIO EM NOME
DA FAMÍLIA

homens. Num sentido semelhante, vários dos homens que entrevistei, assim como suas mulheres, falam do tempo de descanso como um tempo de festas ininterruptas, de boemia, do excesso de álcool, de sexo (alguns comentam sobre

casos de amigos com várias mulheres), ou drogas mais pesadas. É um tempo em que mesmo os mais calmos gostam de pelo menos um “agito” – viajar, “malhar”, sair à noite. Assim, os homens offshore parecem se repartir em 14 dias de cumpridores e 20, ou 14, de quebradores; como um entrevistado comentou, “as pessoas normalmente têm um pouco de lazer, um pouco de trabalho; com a gente, fica tudo concentrado: são 14 dias de tensão e 20 dias pra farra. É muito desequilíbrio.”

Numa outra perspectiva, complementar, pode-se pensar que estas identidades rigidamente montadas, de “quebradores” e “cumpridores”, relacionadas diretamente ao papel social, familiar, dos homens, são análogas àquelas, já estudadas em diversos outros contextos, sobre os modelos apolíneo e dionisíaco de comportamento humano (leia-se masculino). Neste outro contexto de enunciação, Phebo e Dionisos, corresponderiam, respectivamente, a um ideal regrado e racional de comportamento, portanto ao controle dos impulsos; e

ao reinado do excesso e da irracionalidade. Ou seja, ao trabalho e ao “descanso”.

Assim, até onde pude observar, a construção masculina da auto-imagem e a apresentação de si repousam numa dicotomia personalizada por cada indivíduo, a partir de princípios bastante rígidos, ligados a um modelo hegemônico de homem. Neste contexto, subjetividades em

ESTABILIDADE, BOA
REMUNERAÇÃO E
EXPERIÊNCIA NUTREM
DESCONFIANÇA DOS
“PETROBRAS” EM RELAÇÃO
AOS TERCEIRIZADOS

fluxo, papéis cambiantes a partir de contextos e fatores variados não são priorizados como representação do eu, e a preferência recai sobre uma modelagem dicotômica, contrastiva. Enfim, fala-se e enfatiza-se identidades, e não subjetividades; a plataforma funcionaria, dentro deste esquema, quase como um “equa-

CONTINUA NA PÁGINA 10

Consulte o Banco de Artigos, Teses, Estudos e Legislação do site Royalties do Petróleo

www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br

- Documentos legais
- Análises sobre distribuição e aplicação dos royalties
- Impactos territoriais
- Efeitos sobre as finanças públicas
- Desenvolvimento nas regiões petrolíferas
- **INFOROYALTIES**

Você também pode enviar o seu artigo para boletim@ucam-campos.br



lizador”, ou “neutralizador”, de fatores preponderantes, em outros contextos, para a formação de subjetividades.

A territorialidade, por exemplo, é subvertida a partir do encontro na “terra comum” da plataforma: há moradores de todas as partes do Brasil convivendo e trabalhando nestas unidades marítimas da Petrobrás; a classe social é minimizada a partir do discurso “igualitário” de que, offshore, todos sofrem o mesmo regime de trabalho; o que importa é o posto e a função de cada um. Da mesma forma, entre os homens, pude perceber uma nítida má vontade de “falar sobre a cor”; a idéia geral é de a plataforma faz surgir uma “grande irmandade” – de gênero, acrescento; é uma irmandade masculina que coloca em suspensão as diferenças existentes “em terra”. O discurso de que “aqui não tem discriminação, todo mundo dá duro” é particularmente forte entre os funcionários da Petrobrás, e é justificado a partir do fato de ter existido uma seleção por concurso, onde o mérito foi o critério básico da escolha deste grupo. Quando perguntados sobre a ocorrência de discriminação/racismo em situações de conflito, promoções, dispensas ou fixação de funções para cada trabalhador, novamente a negação é a tônica.

Dentro desta polaridade geral de identidades, monta-se uma hierarquia intrincada, na qual o fator definidor é a relação de trabalho. Desta forma, as entrevistas revelaram forte divisão entre os funcionários da Petrobrás e os das empresas prestadoras de serviços. Esta divisão indica uma assimetria, em que os primeiros se consideram em situação vantajosa em relação ao segundo grupo, sendo por sua vez encarados de forma crítica pelos empregados terceirizados.

Assim, a estabilidade, a boa remuneração e a experiência do serviço nas plataformas servem mais uma vez como base para a desconfiança que nutrem os “Petrobras” – que se afirmam como os únicos “verdadeiros petroleiros” - em relação aos empregados de outras firmas. Estes são vistos como ignorantes da realidade do trabalho em alto mar, sem conexão afetiva com a atividade – algo que estrutura a identidade dos homens da Petrobras, como vimos. Enquanto isso, os “Petrobras” são vistos como arrogantes, discriminadores e, pelos mais escolarizados, como ignorantes da realidade do mercado do trabalho (“eles só sabem aquilo ali, mais nada”).

Esta pesquisa, de cunho etno-antropológico, visou compreender os mecanismos e os padrões a partir dos quais se estabelecem relações de trabalho neste local tão peculiar que é a plataforma marítima. A ideia central, e mais ambiciosa, é de que esta investigação possa ser uma ferramenta a mais de análise do impacto das transformações econômicas advindas da presença da Petrobras e dos royalties do petróleo sobre os trabalhadores da região, e dos desdobramentos que um novo regime de trabalho, o de confinamento nas plataformas em alto-mar, ocasionam naqueles que dele participam.

PATRICIA FARIAS É DOUTORA EM ANTROPOLOGIA, PROFESSORA ADJUNTA DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICA SOCIAL DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

VIVEROS VIGOYA, MARA. IDENTIDADES MASCULINAS, ÉTNICO-RACIALES Y SALUD SEXUAL Y REPRODUCTIVA – UNA ARTICULACIÓN NECESARIA. IN: VII CONGRESSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E SAÚDE, ANGRA DOS REIS, OUTUBRO DE 2003.

Expediente

Equipe Editorial

Editor-chefe

Rodrigo Machado Vilani (Universidade Cândido Mendes – Campos dos Goytacazes)

Conselho Editorial

Denise Terra (Universidade Estadual do Norte-Fluminense – UENF)
Frédéric Jean Marie Monié (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)
Helder Queiroz Pinto Junior (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)
José Gutman (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP)
José Luis Vianna (Universidade Federal Fluminense – UFF)
Rodrigo Valente Serra (Instituto Federal Fluminense – IFF)
Rosélia Piquet (Universidade Cândido Mendes – UCAM-Campos dos Goytacazes)

Coordenação técnica

Thiago Muniz Barbosa

Editor e Jornalista Responsável

Vitor Menezes (MTB 21374)

Bolsistas de Iniciação Científica

Daniel Souza Caldas (UCAM)
Willian Silva de Oliveira (FAPERJ)

Proposta

O Boletim Petróleo, Royalties & Região, vinculado ao Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes (UCAM – Campos dos Goytacazes), é fruto da preocupação com a difusão de dados e informações técnicas para o debate sobre a distribuição dos royalties na região petrolífera do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, se configura como um veículo de publicação de natureza acadêmica e técnica, primando pela qualidade de seus artigos e sua periodicidade desde setembro de 2003. O Boletim tem por foco editorial pesquisas originais, teóricas ou empíricas, voltadas para planejamento regional e urbano, petróleo e outros minerais, royalties e outras participações governamentais, economia regional, políticas públicas e áreas afins, dentro de uma visão multidisciplinar das temáticas relacionadas ao seu escopo.

Periodicidade

O Boletim é publicado trimestralmente, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, em versão exclusivamente eletrônica.

Diretrizes para os autores

O Boletim Petróleo, Royalties & Região aceita colaborações em forma de artigos de pesquisadores das áreas cobertas pela publicação, com ênfase em desenvolvimento regional, petróleo e outros minerais, royalties e participações e legislação tributária. Os artigos são avaliados pela Equipe Editorial do Boletim e, eventualmente, por pesquisadores convidados.

Normas de apresentação do texto para o envio do artigo:

- Os artigos devem estar completos e conter um mini-currículo institucional do autor.
- Os artigos devem ter entre 11 mil e 13 mil caracteres com espaços (incluindo notas e referências bibliográficas).
- A referência bibliográfica (ABNT) deve se limitar ao mínimo necessário e conter apenas obras citadas no artigo.
- As notas, quando houver, devem ser colocadas ao final do texto (Nota de fim).
 - Ilustrações e tabelas devem ser enviadas em arquivos separados.
 - Ilustrações devem ser enviadas em JPG, com resolução mínima de 96 dpi.
 - Tabelas podem ser enviadas em forma de imagem (JPG), em Excel ou Word.
- Os autores aceitam, tacitamente, eventuais edições necessárias para adequação ao espaço do boletim e ao seu padrão editorial.

Os artigos devem ser enviados exclusivamente para o e-mail: boletim@ucam-campos.br